

Nº 1 ▪ 2002

AÇO: O Desafio das Exportações Brasileiras para os Estados Unidos da América

Setores Produtivos I

Aço: O Desafio das Exportações Brasileiras para os Estados Unidos da América

SETORES PRODUTIVOS I – SP1

DIRETOR

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha

SUPERINTENDENTE

Jorge Kalache Filho

GERENTE EXECUTIVO

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes

Elaboração:

GERÊNCIA OPERACIONAL DE MINERAÇÃO E METALURGIA

Maria Lúcia Amarante de Andrade – Gerente Setorial

Luiz Maurício da Silva Cunha - Economista

Marcela do Carmo Silva - Estagiária

Editoração: Helena Yumi Kanemaru

Fevereiro de 2002

É permitida a reprodução parcial ou total deste artigo desde que citada a fonte.

Esta publicação encontra-se disponível na Internet no seguinte endereço: <http://www.bndes.gov.br>

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. SIDERURGIA AMERICANA.....	1
3. PERFIL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE AÇO E ATUAÇÃO NO MERCADO EXTERNO .	2
4- DESTINO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇO	6
5- EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇO PARA OS ESTADOS UNIDOS.....	7
6- COMPORTAMENTO DO MERCADO AMERICANO DE AÇO E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA.....	8
7- ACORDO MULTILATERAL SIDERÚRGICO	13
8- BARREIRAS PROTECIONISTAS.....	16
9- CONCLUSÃO	17

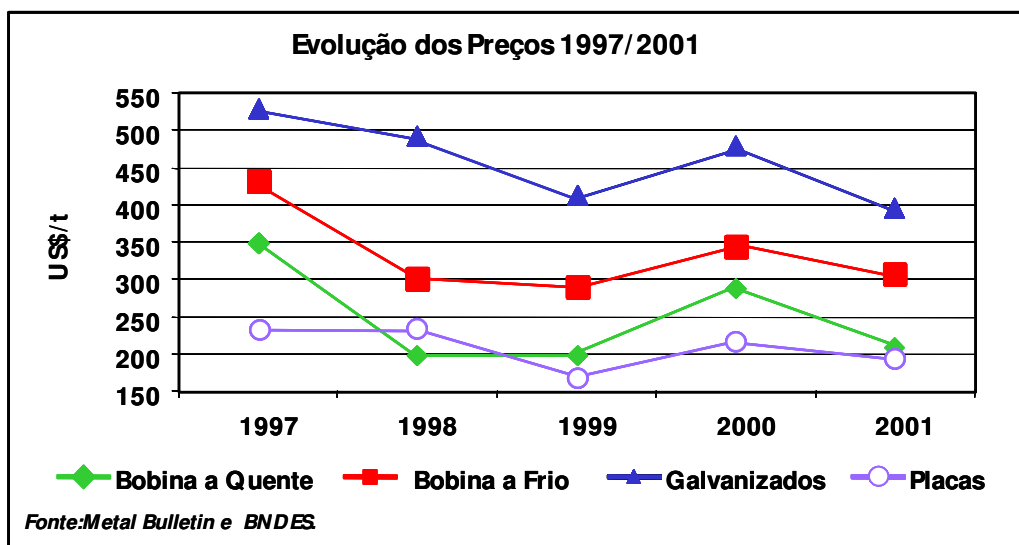
1. Introdução

A conjuntura da siderurgia mundial é de crise com queda significativa de preços e proliferação de barreiras protecionistas.

Nos últimos cinco anos o cenário da siderurgia mundial foi desfavorável, exceto no período de julho de 1999 a julho de 2000, quando experimentou alguma recuperação após as crises da Ásia e da Rússia, observando-se a retomada do crescimento dos preços os quais não obtiveram sustentação, voltando a cair a seguir.

A situação de super-oferta e preços declinantes perdura desde o 2º semestre de 2000, consequência em parte da desaceleração do crescimento dos Estados Unidos, Europa e Japão, aliada à ainda lenta recuperação de outros países asiáticos.

No gráfico apresentado a seguir pode-se observar a evolução dos preços médios dos produtos siderúrgicos nos últimos cinco anos:



2. Siderurgia Americana

Além do cenário adverso da siderurgia mundial, a indústria siderúrgica americana vem sendo impactada por diversos problemas estruturais podendo-se destacar um dos mais altos custos de produção do mundo e elevados custos previdenciários, principalmente no que se refere à siderurgia integrada.

Além do grau de obsolescência nas siderúrgicas integradas, a indústria é muito fragmentada, o que reduz a sua competitividade. Deste modo, apesar do constante apoio do governo americano, muitas empresas siderúrgicas encontram-se em grave situação financeira e muitas concordatárias.

Em 2001, seis unidades siderúrgicas foram fechadas representando cortes de capacidade de cerca de 13 milhões de t de laminados planos.

Considerando a vulnerabilidade do excesso de fragmentação da indústria americana de aço frente ao processo de concentração da siderurgia mundial, em especial a consolidação da siderurgia européia, cogita-se reestruturar a indústria.

Encontra-se em entendimentos preliminares a fusão de U.S. Steel, Bethlehem Steel, Wheeling-Pittsburgh e National Steel, criando uma grande companhia que poderia inclusive absorver ativos da LTV, paralisados em 2001.

Este grupo teria capacidade de cerca de 28 milhões de t/a, podendo se posicionar como o 4º do mundo, após Arcelor, Nippon Steel e Posco, porém necessitaria de razoável aporte de recursos.

3. Perfil da Produção Brasileira de Aço e Atuação no Mercado Externo

O Brasil ocupa a 8ª posição como produtor mundial de aço, já tendo ocupado a 10ª posição nas décadas de 70 e 80. A produção em 2001 atingiu 26,7 milhões de t de aço bruto, com queda em relação a 2000, tendo em vista a reforma de alguns altos-fornos. Ressalte-se que o nível de produção de aço desde 1995 apresenta pouca variação no global.

Produção Brasileira de Aço Bruto – Milhões de t

Anos	Produção de Aço Bruto	Posição no Ranking Mundial	Anos	Produção de Aço Bruto	Posição no Ranking Mundial
1970	5,4	18º	1997	26,2	7º
1980	15,3	10º	1998	25,8	8º
1990	20,6	9º	1999	25,0	8º
1995	25,1	8º	2000	27,9	8º
1996	25,2	7º	2001*	26,7	8º

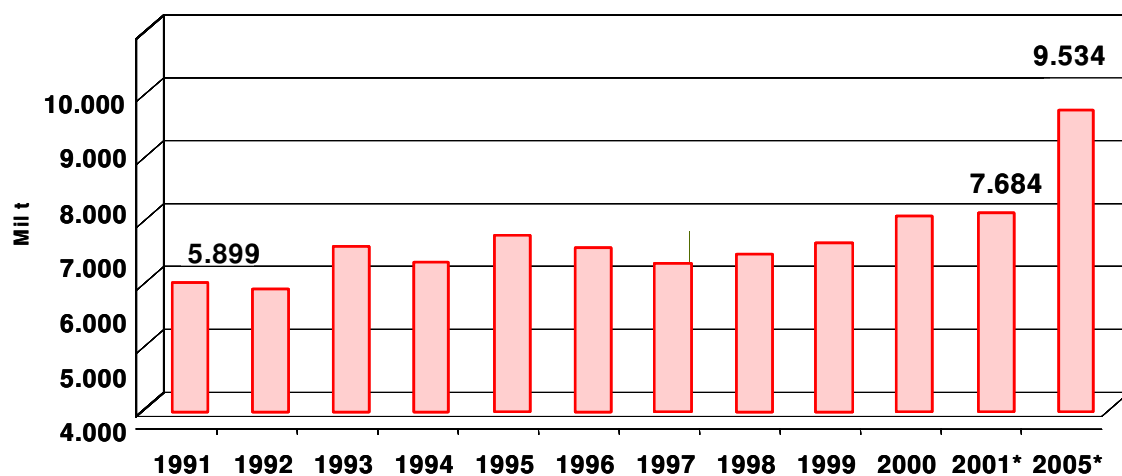
Fonte: IBS, * estimativa BNDES

Porém, a produção de aços semi-acabados foi paulatinamente sendo mais incrementada do que a produção de acabados, destinando-se especialmente ao atendimento do mercado externo e contando com perspectivas de contínuo crescimento, como observa-se a seguir.

Produção Brasileira de Semi-Acabados

Cresc.Médio: 2,7% a.a.(2001/1991).

Cresc.Médio: 3,5% a.a.(2001/1996).



Fonte: IBS. * Estimativa BNDES (Informe Setorial nº 01 de out/01)

Até o início da década de 90, a maior parcela da produção brasileira de aço estava voltada ao atendimento do mercado externo, sendo composta na sua maioria por produtos acabados. A partir de 92, observou-se gradualmente o maior direcionamento da produção ao mercado interno e a alteração do mix de exportação com maior ênfase aos semi-acabados, que passaram de cerca de 40% para 68% do total das exportações com a redução acentuada dos produtos acabados. Mais recentemente, observou-se também o crescente aumento das importações de produtos acabados, como visto a seguir:

Perfil do Mercado de Produtos Siderúrgicos – Milhões de t

Anos	Vendas Internas	Exportações Totais	Exportação de Semi-Acabados	% de Semi-Acabados nas Exportações	Importações
1991	9,1	10,9	4,4	40,3%	0,16
1992	8,7	11,8	4,6	39,0%	0,18
1993	10,4	12,2	5,3	43,4%	0,20
1994	11,9	11,1	4,8	43,2%	0,21
1995	11,7	9,7	5,1	52,6%	0,29
1996	12,7	10,3	5,7	55,3%	0,38
1997	14,7	9,1	5,5	60,4%	0,79
1998	13,6	8,8	5,4	61,4%	0,90
1999	13,4	10	6,4	64,0%	0,65
2000	14,9	9,6	6,2	64,6%	0,94
2001*	15,7	9,3	6,3	68,1%	1,10

Fonte: IBS. * estimativa BNDES

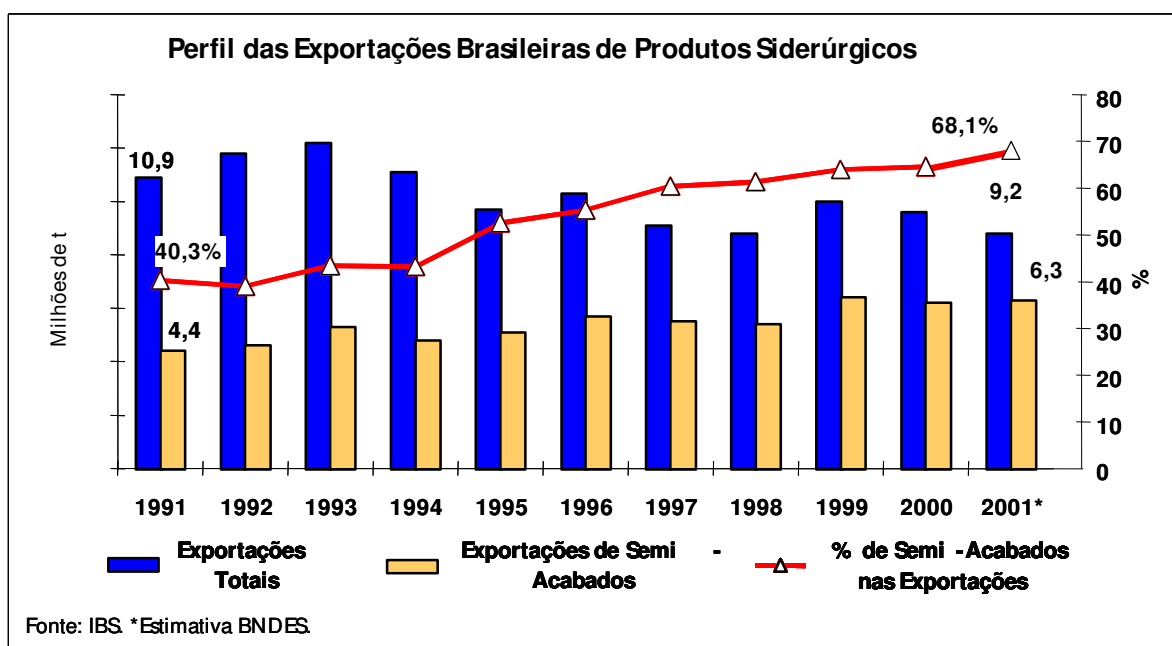
O comportamento do valor das exportações e importações brasileiras de aço, além dos preços praticados considerando o período 2000/2001, é visto como a seguir:

Comércio Externo Brasileiro de Produtos Siderúrgicos

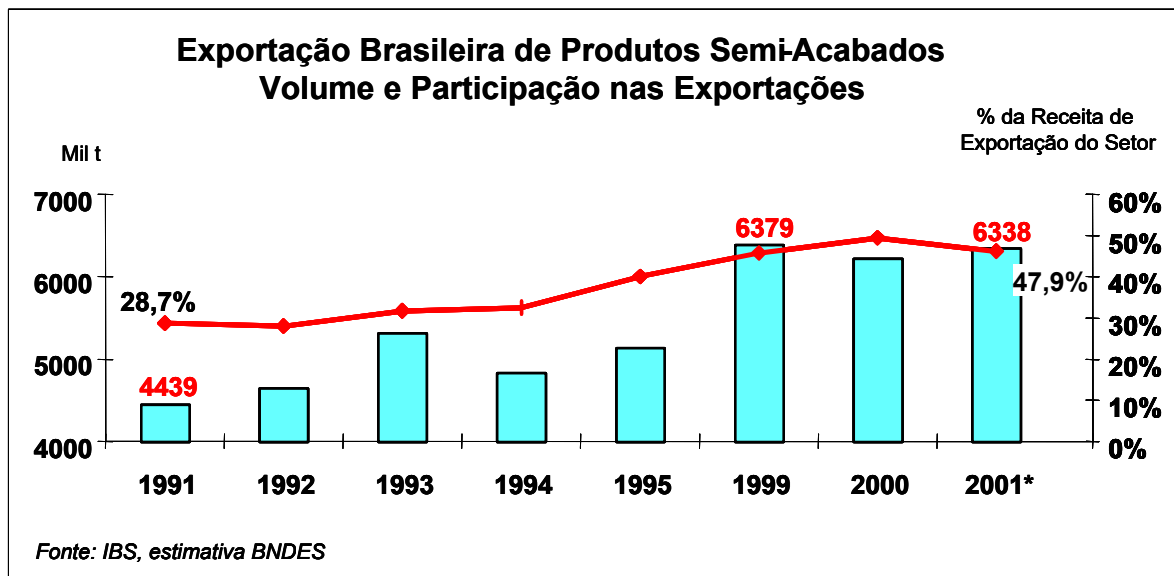
	2000		2001*		% Crescimento
	US\$ milhões	US\$ / t	US\$ milhões	US\$ / t	
Produtos Laminados Planos	819	388,5	576	381,8	(29,7)
Produtos Laminados Longos	351	351,0	355	340,2	1,2
Outros **	222	750,0	266	656,2	19,8
Semi-acabados	1.360	218,9	1.104	174,3	(18,8)
Exportações	2.752	286,2	2.301	247,6	(16,4)
Importações	629	670,5	666	580,7	6,0

Fonte: IBS. * Estimado BNDES. ** Tubos com costura, tiras e fitas e trefilados.

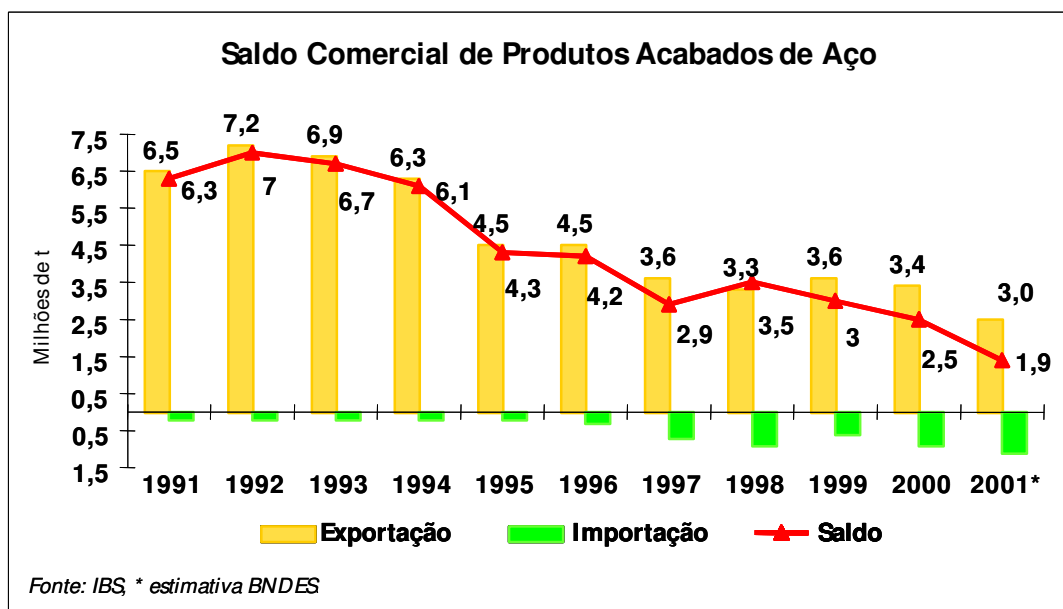
Graficamente, pode-se observar a seguir o crescimento da participação dos semi-acabados em relação às exportações totais de aço.



Cabe enfatizar que o volume crescente das exportações de semi-acabados, embora sendo produtos de menor valor agregado em relação aos produtos acabados, aumentou substancialmente a sua participação no valor das exportações ao longo da década passada, saindo de 28,7% em 1991 para 47,9% em 2001, como visto a seguir:

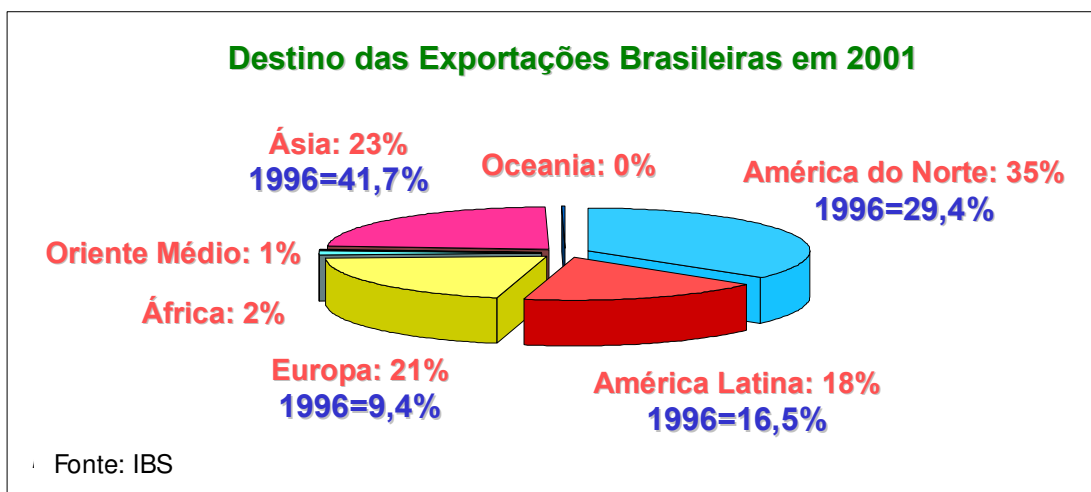
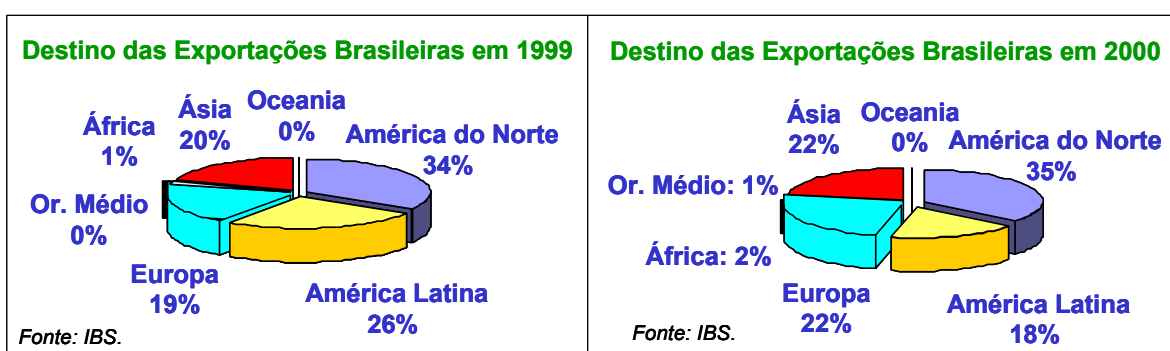


Gradativamente a parcela da produção de aço acabado destinado à exportação foi se reduzindo, de tal maneira que, ao considerar-se o aumento das importações do mesmo produto, verifica-se acentuada queda do saldo líquido de exportação. A situação é preocupante, considerando que este saldo que atingia 7,2 milhões de t em 1992, reduziu-se para 1,9 milhão de t em 2001, como visto a seguir:



4- Destino das Exportações Brasileiras de Aço

As exportações brasileiras de aço estão mais dirigidas aos países da América do Norte, especialmente para os Estados Unidos. Tal concentração evoluiu para 35%, enquanto em 1996 atingia 29,4%. Em contra partida as exportações para a Ásia reduziram-se para 23% em 2001, enquanto em 1996 representavam 41,7%. A América Latina também apresentou grande evolução até 1999, quando chegou a representar 26%, contra 16,5% da posição de 1996, reduzindo-se drasticamente para 18% em 2001. As exportações para a Europa também apresentaram grande crescimento entre 1996/2000, passando de 9,4% para 22%, respectivamente, como observado nos gráficos.



5- Exportações Brasileiras de Aço para os Estados Unidos

As exportações de aço para os Estados Unidos tem sido crescentes, pois representavam 15,1% do total brasileiro em 1990, evoluindo para 33,5% em 2001. Em volume, enquanto as exportações totais do país atingiram 9,3 milhões de t em 2001, com volume próximo ao observado em 1990, aquelas destinadas aos Estados Unidos aumentaram para 3,12 milhões de t, contra 1,36 milhão de t de 1990.

As exportações brasileiras de produtos acabados de aço para os Estados Unidos em 1990 foram de 590 mil t, representando 10,8% do total do Brasil, evoluindo muito pouco a partir daí atingindo 773 mil t em 2001, mas ganhando representatividade, passando para 26,1% do total do país. Este fato deve-se à acelerada queda das exportações de aço como um todo, como se vê no quadro a seguir.

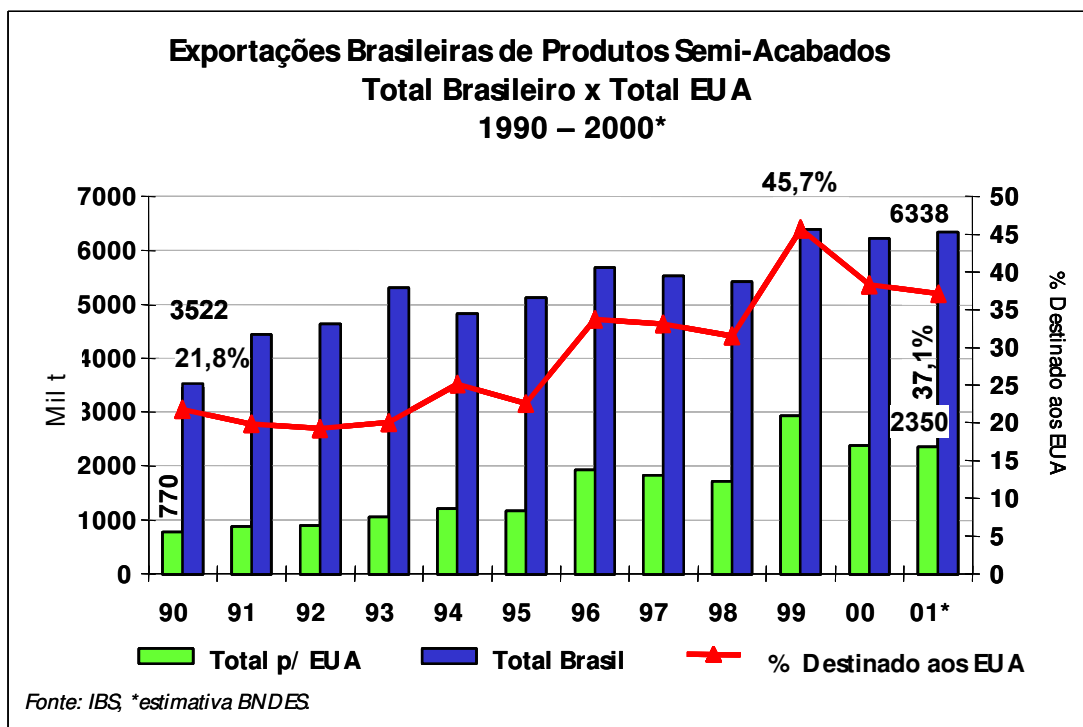
Exportações Brasileiras para os EUA

Milhões de t

	1990			2000			2001*		
Exportações Brasileiras	8,98	100,0%		9,62	100,0%		9,29	100,0%	
Exportações Brasileiras para os EUA	1,36	15,1%	100%	3,11	32,3%	100%	3,12	33,5%	100%
Semi-Acabados	0,77		57%	2,37		76%	2,35		76%
Produtos de Aço	0,59		43%	0,74		24%	0,77		24%
Exportações Brasileiras de Semi-Acabados	3,52	100,0%		6,21	100,0%		6,34	100,0%	
Exportações de Semi-Acabados para os EUA	0,77	21,8%		2,37	38,1%		2,35	37,1%	
Exportações Brasileiras de Produtos de Aço	5,46	100,0%		3,41	100,0%		2,95	100,0%	
Exportações Brasileiras de Produtos de Aço para os EUA	0,59	10,8%		0,74	21,7%		0,77	26,1%	

Fonte: IBS, * estimativa BNDES

Enquanto as exportações de produtos acabados para os Estados Unidos pouco se alteraram, as de semi-acabados saltaram de 770 mil t em 1990 para 2,35 milhões de t em 2001, com participação de 37,1% do total das exportações brasileiras de semi-acabados, contra 21,8% de 1990. Ressalte-se que esta participação chegou a atingir 45,7% em 1999.



6- Comportamento do Mercado Americano de Aço e a Participação Brasileira

De uma forma geral, o ano de 2001 foi considerado desastroso para os mercados nos Estados Unidos, especialmente em relação ao comportamento do mercado siderúrgico. A produção doméstica aproximou-se de 90 milhões de t, registrando queda de cerca de 12%, as importações de aço, incluindo semi-acabados, atingiram 30,1 milhões de t, com queda acentuada de 21%, o mesmo ocorrendo com as exportações no montante de 6,2 milhões de t, com redução de 6%. O consumo doméstico de aço atingiu cerca de 123 milhões de t, apresentando redução de 12%.

Nas importações, destacam-se as quedas de 19,6% nos produtos acabados e de 24% nos produtos semi-acabados, observando-se no total um volume médio de importação semelhante ao verificado entre 1994/97, como mostrado na próxima tabela.

Importações Americanas de Aço – milhões de t

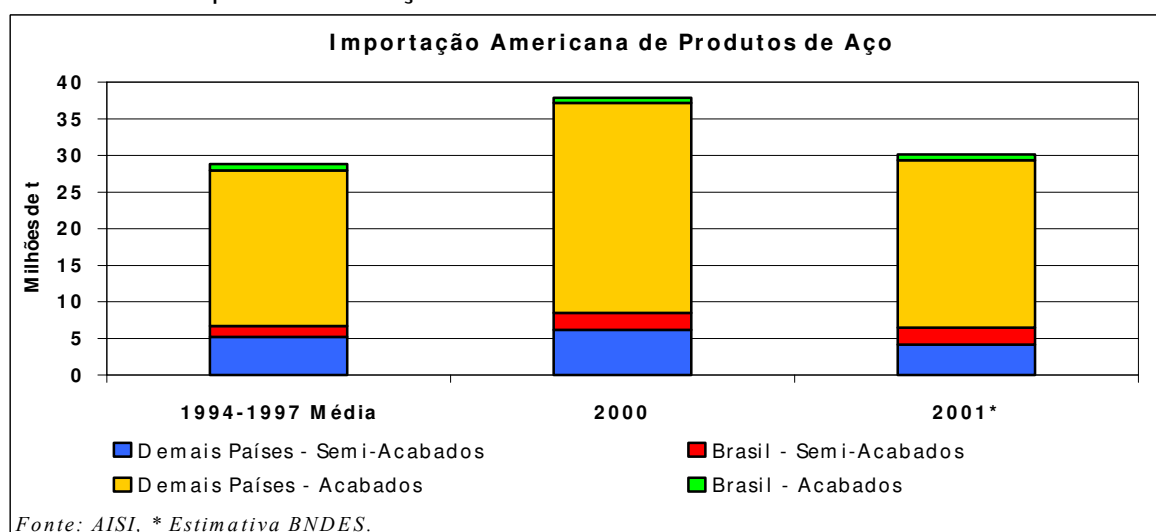
	1994/97 – Média		2000		2001*	
Brasil – Acabados	0,85	3,8%	0,74	2,5%	0,77	3,3%
Demais Países - Acabados	21,25	96%	28,66	97,5%	22,83	96,7%
Total Acabados	22,1	100%	29,4	100%	23,6	100%
Brasil – Semi-Acabados	1,53	22,8%	2,38	28,0%	2,35	36,2%
Demais Países – Semi-Acabados	5,17	77,2%	6,12	72,0%	4,15	63,8%
Total Semi-Acabados	6,7	100%	8,5	100%	6,5	100%
Total Geral	28,8	-	37,9	-	30,1	-
Total Brasil	2,38	8,3%	3,12	8,2%	3,12	10,4%

Fonte: AISI, IBS, * estimativa BNDES.

As importações oriundas do Brasil totalizaram 3,12 milhões de t, com peso de 10,4% no total importado pelos Estados Unidos. Destas, as exportações brasileiras de produtos acabados possuem baixa representatividade histórica, variando em torno de 3% do total, e com volume de 773 mil t em 2001. Por outro lado, os produtos semi-acabados assumiram crescente papel de destaque ao longo da década passada. As importações americanas de semi-acabados do Brasil atingiram 2,35 milhões de t de placas em 2001, representando 36,2% do total de 6,5 milhões de t importados pelos Estados Unidos, vindo a seguir México com 22,5%, Rússia e Ucrânia juntas, com 19,6%, Austrália com 6,1% e outros com 15,6%.

É importante lembrar que o volume de semi-acabados exportado pelo Brasil para os Estados Unidos representa cerca de 40% da produção brasileira de placas, da ordem de 5,9 milhões de t em 2001.

Graficamente, apresenta-se a seguir o comportamento das importações americanas de produtos de aço.



Os preços praticados nas importações americanas em 2001, continuaram apresentando quedas relevantes em relação a 2000, sendo um dos mais baixos praticados na década de 90. O comparativo a seguir com os preços mais elevados praticados no 4º tri/98, dá uma idéia da queda individualizada na cotação dos produtos de aço.

Preços Médios - Importações Americanas de Aço por Tonelada

Produtos de Aço	Novembro de 2001	4º Trimestre de 1998	Variação (%)
Fio-Máquina	\$253	\$306	-17,3%
Chapas Grossas	\$374	\$444	-15,8%
Bobinas a Quente	\$408	\$474	-13,9%
Vergalhões	\$194	\$224	-13,4%
Tubo Mecânico	\$732	\$844	-13,3%
Tubo Padrão	\$394	\$489	-19,4%
Tubo especiais	\$647	\$817	-20,8%
Tubo p/ oleoduto	\$480	\$544	-11,8%
Folha-de-Flandres	\$526	\$583	-9,8%
Chapas Finas a Frio	\$362	\$410	-11,7%
Chapas Zincadas a Quente	\$437	\$508	-14,0%
Placas	\$150	\$180	-16,7%

Fonte: AISI, BNDES.

As importações americanas de produtos acabados de aço são bastante diversificadas em relação à sua procedência, destacando-se as oriundas da União Européia, Canadá, Coreia do Sul, Japão e México, que no conjunto representam 15,9 milhões de t, ou 67,4% do total de 23,6 milhões de t, ocorridas em 2001. O Brasil participou com 773 mil t, representando apenas 3,3% do total das importações americanas mas com crescimento de 4,2% sobre 2000. Destaque-se a crescente importação de aço da Turquia, bem como das participações também relevantes da China, Rússia e Taiwan, seguidas de Argentina e Austrália, como mostrado a seguir:

Importação de Aço Acabado dos EUA

Por País de Origem - em Mil t

Países	2000*	2001*	% variação 2001*/2000*	Média anual de 1994/97	% var. média 2001/ 1994/97	Países	2000*	2001*	% variação 2001*/2000*	Média anual de 1994/97	% var. média 2001/ 1994/97
União Européia	6.168,5	5.535	-10,3	6.111	-9,4	China	1.348,6	718	-46,76	362	98,3
Canadá	4.907,3	4.538	-7,5	4.015	13,0	Rússia	718,6	595	-17,20	1.744	-65,9
Coréia do Sul	2.712,2	2.213	-18,4	1.432	54,5	Taiwan	1.276,1	549	-56,98	155	254,2
Japão	1.784,7	1.868	4,7	2.200	-15,1	Venezuela	247,3	327	32,23	308	6,2
México	1.619,4	1.787	10,3	1.579	13,2	África do Sul	566,1	370	-34,64	321	15,3
Turquia	666,3	945	41,8	460	105,4	Austrália	380,6	377	-0,95	56	573,2
Brasil	742	773	4,2	850	-9,1	Argentina	432,8	384	-11,28	150	156,0
<i>Outros</i>	<i>5.833,5</i>	<i>2.653</i>	<i>-54,5</i>	<i>2.449</i>	<i>8,3</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Semi-Acabados</i>	<i>8.556</i>	<i>6.514</i>	<i>-23,9</i>	<i>6.757</i>	<i>-3,6</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Total</i>	<i>29.401</i>	<i>23.632</i>	<i>-19,6</i>	<i>22.192</i>	<i>6,5</i>	-	-	-	-	-	-

Fonte: AISI e BNDES

Os produtos siderúrgicos acabados brasileiros exportados para os Estados Unidos estão distribuídos em planos e longos, conforme as tabelas a seguir, considerando a posição de 2000, pois ainda não se acha disponível a posição relativa a 2001. O total dos produtos planos e longos alcança 742 mil t detalhado no quadro a seguir:

Exportações Brasileiras de Produtos Acabados de Aço - 2000

	Mil t	%		Mil t	%
Produtos Planos	330	45%	Produtos Longos	412	55%
Bobina Grossa	18,2		Barras	16,6	
Chapa Grossa	5,6		Fio-Máquina	279,6	
Bobina a Quente	130,6		Perfis Leves	8,7	
Chapas a Frio	13,8		Perfis Médios e Pesados	15,1	
Bobinas a Frio	55,4		Tubos s/ Costura	36,6	
Flandres	45,1		Tubos c/ Costura	2,8	
Chapas Cromadas	1,7		Tiras e Fitas	6,2	
Chapas Zincadas	6,7		Trefilados	24,1	
Galvanizados	11,7		Acessórios para Tubos	7,9	
Inoxidáveis	9,9		Outros	14,4	
Aços Ligados	31,3				

Fonte: AISI

Verifica-se que bobinas a quente, bobinas a frio, flandres, aços ligados, fio-máquina e tubos sem costura, no conjunto atingem 578,6 mil t, ou 78% do total das importações de aço acabado do Brasil pelos Estados Unidos. Isoladamente, fio-máquina apresenta a maior participação, atingindo 68% das exportações de longos.

As exportações brasileiras de bobinas a quente para os Estados Unidos em 2000, correspondentes a 130,6 milhões de t, foram interrompidas em meados daquele ano. Este produto, após processo anti-dumping envolvendo também Japão e Rússia e de direitos compensatórios restrito ao Brasil, foi motivo de acordo suspensivo em julho de 1999 com limitação das importações para 295 mil t/a condicionadas ao preço mínimo de US\$327/t. Estas limitações restringiram as exportações brasileiras, em 2000, a 35% do exportado em 1999, chegando à interrupção destas vendas em maio devido à restrição de preço, visto ser o preço estipulado superior ao praticado no mercado norte-americano. Este acordo foi recentemente extinto.

7- Acordo Multilateral Siderúrgico

Em vista do exposto neste Relato Setorial, considerando suas elevadas importações de aço e a conjuntura desfavorável da siderurgia mundial, a indústria siderúrgica americana apelou para duas iniciativas distintas, contemplando a intensificação de barreiras protecionistas e a promoção de um Acordo Multilateral de redução da capacidade de aço, através do Comitê do Aço da OCDE.

Por iniciativa dos Estados Unidos e com patrocínio da OCDE, estão sendo realizadas Reuniões de Alto Nível do Comitê do Aço da OCDE, tendo como objetivo principal a redução da capacidade de produção mundial de aço, para adaptá-la à demanda. Objetiva-se também a análise da implantação de medidas rígidas para eliminação de subsídios governamentais ao setor.

Na I^a Reunião (17 e 18/09/2001) os representantes dos 40 países presentes ao encontro, responsáveis pela quase totalidade da produção mundial de aço, consensaram a existência de capacidade ineficiente em vários países, gerando desequilíbrios no mercado, estoques elevados e níveis críticos de preço. Segundo a OCDE existe atualmente excedente de cerca de 200 milhões de t/a de aço a nível global. A produção mundial atingiu cerca de 822 milhões de t em 2001.

A II^a Reunião de Alto Nível (17 e 18/12/2001) estipulou cortes de produção ineficiente de cerca de 100 milhões de t/a até 2010 sendo 61 a 65 milhões até 2002/2003, ainda sem o detalhamento por país. Nesta reunião a delegação brasileira chefiada pelo Embaixador Valdemar Carneiro Leão, Diretor-Geral do Departamento Econômico do Itamaraty, foi bem sucedida na argumentação com dados fundamentados de que a siderurgia brasileira encontra-se reestruturada, sendo uma das mais competitivas do mundo.

A III^a Reunião de Alto Nível (7 e 8/02/2002) deu seqüência às negociações, definindo desta vez a implementação de cortes de capacidade atingindo até 2010, de 122,3 a 138,3 milhões de t, sendo:

- 1998 a 2002 – de 78,6 a 82,6 milhões de t
- 2003 a 2005 – de 24,9 a 34,9 milhões de t
- 2006 a 2010 – de 18,8 a 20,8 milhões de t

Na reunião estes valores de paralisação de capacidade foram detalhados a nível de país ou região (no caso da União Européia), considerando parâmetros de eficiência e necessidade de reestruturação da indústria. Os maiores cortes até 2005 são esperados no Japão – 28 milhões de t e nos Estados Unidos – de 19 a 31 milhões de t. O maior engajamento de Rússia e Ucrânia no exercício de redução de oferta depende da disponibilidade de financiamentos. A China informou a redução

de apenas 6 milhões de t até 2002 e a Índia não apresentou proposta alegando que ainda analisa custos de fechamento.

O Brasil manteve a posição de não reduzir capacidade de produção de aço visto sua siderurgia, reestruturada e atualizada tecnologicamente, ser reconhecidamente competitiva a nível mundial . Sem contestações em relação à sua posição, o Brasil ainda fez menção à atual fase de avaliação de novos investimentos para expansão de seu parque siderúrgico.

A tabela a seguir apresenta previsão de cortes por país:

Mil t/ano

País	1998-2002	2003-2005	2006-2010
África do Sul	-	-	-
Argentina	500	-	-
Austrália	1.600	-	-
Brasil	-	-	-
Bulgária	-	4.440	-
Canadá	1.280	-	-
China	6.000	-	-
Casaquistão	-	-	-
Coréia	4.510	3.000	-
Eslováquia	-	-	-
Estados Unidos	14.000 – 18.000	5.000 – 13.000	-
Hungria	-	-	-
Índia	-	-	-
Japão	23.000	5.000	-
México	-	-	-
Nova Zelândia	100	-	-
Noruega	-	-	-
Polônia	200	500	-
República Checa	660	-	670
Romênia	5.940	-	2.200
Rússia	5.700	-	10.000 – 12.000
Suíça	-	-	-
Taiwan	900	-	-
Tailândia	-	-	-
Turquia	1.250	-	-
Ucrânia	-	-	5.910
União Européia	13.000	7.000 – 9000	-
Total	78.640 – 82.640	24.940 – 34.940	18.780 – 20.770

A III Reunião também decidiu pela criação de dois grupos de trabalho assim especificados:

- *Capacity Working Group*

Este grupo, contando apenas com representantes oficiais dos Governos, deverá acompanhar as reduções de capacidade ineficiente e a continuidade do processo de reestruturação da indústria siderúrgica mundial, identificando também a oportunidade de novos cortes. Também deverá analisar os aspectos financeiros inerentes a este processo, explorando as possibilidades de financiamentos especialmente para assistência a trabalhadores e comunidades afetadas.

- *Disciplines Study Group*

Grupo para análise de subsídios na indústria siderúrgica dos diversos países, podendo, a critério de cada delegação, contar com participantes da iniciativa privada. Deverão ser aprofundados a natureza e o escopo das intervenções governamentais no mercado de aço e os compromissos a serem assumidos pelos governos para limitar distorções, de acordo com as regras da OMC.

Estão previstas reuniões dos referidos grupos para o período de 13 a 15 de março de 2002, os quais devem reportar seus trabalhos ao grupo de Alto Nível, o qual voltará a se reunir nos dias 18 e 19, de abril de 2002.

É patente entretanto, que o empenho dos diversos países em implementar as questões acordadas na III Reunião depende do não aumento de restrições às importações que os Estados Unidos vierem a adotar em relação à Seção 201 da Lei do Comércio Americana. O Presidente Bush deve anunciar decisão final, até 6 de março próximo, relativa ao parecer preliminar do ITC – International Trade Commission.

A União Européia enfatizou o repúdio em relação à aplicação de salvaguardas respaldadas pela Seção 201, que independem de comprovação de dumping.

Deste modo, o avanço da postura protecionista americana poderá prejudicar o Acordo Multilateral Siderúrgico patrocinado pela OCDE, cujo maior defensor e idealizador é o próprio Estados Unidos.

8- Barreiras Protecionistas

O comércio internacional de aço, impactado pela conjuntura desfavorável da siderurgia nos últimos cinco anos, foi atingido pela proliferação de barreiras protecionistas envolvendo anti-dumping, direitos compensatórios e salvaguardas.

Nos Estados Unidos, mais de 80% dos processos anti-dumping são relativos à siderurgia, abrangendo importações de diversos países. As exportações brasileiras de produtos siderúrgicos vem sendo atingidas por estas medidas desde 1983, envolvendo diversos produtos, sendo mais recentes os processos referentes a bobinas a quente, fio máquina de aço carbono e bobinas a frio.

Atualmente o Brasil encontra-se em defesa contra processo de direitos compensatórios (juntamente com Índia, México e União Européia) sobre exportações de laminados a frio para os Estados Unidos por empresas anteriormente controladas pelo Estado. O Comitê de Investigação da OMC está analisando a questão, que objetiva sobretaxar em 10% as exportações sob a alegação de que empresas que foram privatizadas ainda contam com subsídios do período que eram estatais.

Outra questão sob investigação na OMC, unindo 29 países entre eles o Brasil, refere-se à Emenda Byrd. Esta lei autoriza o governo americano a distribuir o valor das taxas arrecadadas para as empresas que pediram as investigações anti-dumping e de direitos compensatórios contra o produto estrangeiro.

Em 16/01/2001 a indústria siderúrgica americana, invocando razões de segurança nacional, de acordo com a Seção 232 da Expansão da Lei do Comércio de 1962, requisitou investigação do Departamento de Comércio dos Estados Unidos em relação a importações de minério de ferro e semi-acabados. O posicionamento deste Órgão em 09/01/2002 foi favorável ao Brasil visto afirmar que não há risco de segurança nacional com o nível de importações atuais, de 7% e 20% respectivamente, e que os principais fornecedores, Canadá, Brasil e México são fornecedores seguros.

O foco principal da questão do protecionismo é atualmente a Seção 201 da Lei do Comércio de 1964. Por esta lei não é necessário provar prática desleal ou dumping, de acordo com as regras da OMC – Organização Mundial de Comércio-, apenas que as importações prejudicam a indústria americana. Em junho o Presidente Bush solicitou parecer ao ITC – International Trade Commission sobre 33 categorias de produtos siderúrgicos para adoção de medidas de salvaguarda na forma de restrições às importações. O parecer dos investigadores divulgados em 07/12/2001 recomenda medidas (tarifas variando de 4 a 40%) para 16 categorias de produtos, o equivalente a 74% das importações totais representando 85% das exportações brasileiras, incluindo placas de grande interesse para o Brasil.

O ITC recomendou que as importações de placas acima de 7 milhões de t curtas anuais (cerca de 6,3 milhões de t métricas) sejam gravadas em 20% em 2002 decaindo para 17%, 14% e 11% nos anos seguintes. Concomitantemente as cotas para placas subiriam para 7,5, 8 e 8,5 milhões de t curtas anuais (equivalentes a 6,7, 7,2 e 7,6 milhões de t métricas) até 2005. A decisão final do Presidente Bush sobre a Seção 201 é prevista até início de março.

O Brasil vem argumentando, através de missões oficiais à Casa Branca reunindo governo e indústria, que o limite de 7 milhões de t/curtas está abaixo das necessidades da siderurgia americana, pois deve-se levar em conta novas demandas, sugerindo-se o patamar de 9 milhões de t. Além disso, pretende-se no mínimo manter o nível da participação brasileira atual de cerca de 36% nas importações totais americanas de placas. Ressalte-se que ainda não está definido se haverá cota por origem.

Estas missões brasileiras também enfatizam que as importações do Brasil são importantes para a indústria local, visto ser o semi-acabado nacional até 50% mais barato que o lá produzido. A aplicação de salvaguardas é motivo de preocupação por parte dos compradores americanos de placas e de entidades de consumidores de aço como a AISI - American Institute for International Steel, visto que essas tarifas encareceriam sobremaneira a produção de bens duráveis no País.

A etapa atual, portanto, é de esforço do Brasil em encontros bilaterais de alto nível, inclusive na esfera da OMC, para que os produtos brasileiros sejam excluídos da decisão referente à Seção 201.

9- Conclusão

O fechamento do mercado americano poderá provocar retrocessos e incertezas no comércio internacional de aço, resultando em guerra de preços e mais reações protecionistas. Alguns países pretendem elevar suas tarifas de importação de produtos siderúrgicos, procurando barrar a entrada de excedentes de produção de outros produtores que anteriormente forneciam aço aos Estados Unidos.

O México quer aumentar sua alíquota de importação de 25% para 35%, Tailândia recentemente aumentou sua taxa para 25% e outros países como Canadá, Chile e membros da Comunidade Andina (Colômbia, Venezuela, Peru, Equador e Bolívia) também analisam a elevação de tarifas, em caráter preventivo.

No Brasil, a Camex já decidiu suspender as licenças automáticas para as importações de aço e aumentar o rigor dos procedimentos alfandegários.

Ressalte-se também que, se confirmado o aumento das restrições às importações americanas de aço, a OMC deverá receber ações de retaliação aos

Estados Unidos, assim como prevê-se dificuldades na negociação de acordos intra-regionais.

A decisão que o Presidente Bush deve tomar em março próximo sobre a aplicação de salvaguardas sobre o aço estrangeiro, poderá, principalmente, inviabilizar o Acordo Multilateral Siderúrgico, que vem sendo negociado no âmbito da OCDE visando a redução de capacidade ineficiente mundial.

Trata-se portanto de momento estratégico na siderurgia mundial, cujas resoluções poderão impactar consideravelmente o futuro da siderurgia brasileira, comprovadamente eficiente e competitiva, no que se refere aos seus planos de desenvolvimento para atendimento dos mercados interno, além do crescimento das exportações de semi-acabados.

Estas evoluíram na década passada de 3,52 milhões de t para 6,34 milhões de t, representando, em 2001, cerca de 68% das exportações brasileiras de aço. Especialmente para os Estados Unidos as exportações de semi-acabados evoluíram significativamente, passando de 770 mil t para 2,35 milhões de t em 2001, com peso de 37,1% na oferta de semi-acabados para venda externa neste ano.

Convém salientar que as placas exportadas para os Estados Unidos representam cerca de 40% da produção brasileira de placas, participação bastante representativa considerando a concentração num único país de destino.

Por outro lado, ao longo deste Relato, observou-se que as estatísticas envolvendo as exportações brasileiras de aço acabado para os Estados Unidos foram pouco representativas na década passada, variando entre cerca de 600 e 800 mil t/a, para importações americanas crescentes e da ordem de 25 a 35 milhões de t/a, nos três últimos anos. Em 2001 foram embarcadas para os Estados Unidos 773 mil t, ou 26% das exportações de aços acabados pelo Brasil, evidenciando também forte concentração em um único país. O saldo líquido exportável pelo Brasil destes produtos vem caindo vertiginosamente, saindo de cerca de 7 milhões de t, no início da década passada para apenas 1,9 milhão de t em 2001, o que demonstra dificuldade da indústria na manutenção do espaço conquistado nas exportações, neste particular. Caberia portanto um esforço no sentido da ampliação das exportações de produtos acabados de maior valor agregado, inclusive no que tange à conquista de novos destinos.

O excessivo protecionismo no comércio internacional de aço, em especial por parte dos Estados Unidos, contribui para certa vulnerabilidade da siderurgia brasileira, a qual sendo comprovadamente competitiva, deve fortalecer sua estratégia para continuar sua trajetória de desenvolvimento.